

REDES SOCIAIS DE APOIO E CUIDADO DOS FILHOS: UMA ANÁLISE DE MÃES TRABALHADORAS NA REGIÃO NORDESTE DE BELO HORIZONTE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19¹

SOCIAL SUPPORT NETWORK AND CHILDCARE: AN ANALYSIS OF WORKING MOTHERS IN THE NORTHEASTERN REGION OF BELO HORIZONTE DURING THE COVID-19 PANDEMIC

REDES SOCIALES DE APOYO Y CUIDADO CON LOS HIJOS: UNA ANÁLISIS DE MADRES TRABAJADORAS EN LA REGIÓN NORDESTE DE BELO HORIZONTE DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19

Karla Renata Corrêa Viana²
Maria Carolina Tomas³

Resumo: A pesquisa tem como objetivo analisar como mães trabalhadoras pertencentes ao arranjo familiar monoparental feminino e nuclear acessaram suas redes sociais de apoio, com vistas aos cuidados de seus filhos durante a pandemia da COVID-19. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas conduzidas via telefone com 09 mães trabalhadoras remuneradas, com filhos abaixo de 18 anos de idade, residentes em um bairro da Região Nordeste de Belo Horizonte. Os resultados demonstram que a pandemia da COVID-19 afetou o acesso e a estrutura das redes sociais de apoio. Observou-se uma redução considerável de seus componentes e, em alguns casos, a desarticulação da rede, mesmo que em caráter temporário. Ambos os arranjos familiares foram afetados. Porém, no arranjo monoparental feminino, evidencia-se maior impacto devido à carga de responsabilidades familiares e domésticas.

Palavras-chave: Rede de apoio. Cuidado com os filhos. Pandemia Covid-19. Capital Social.

Abstract: The article analyzes how working mothers in nuclear or female single-parent family arrangements access their supportive social networks in order to have childcare during the Covid-19 pandemic. We used semi-structured interviews by telephone with 09 paid working mothers, with children under 18 years of age, living in a neighborhood in the Northeast Region of Belo Horizonte. The results demonstrate that the Covid-19 pandemic affected the access and structure of their social networks. There was a considerable reduction of its components and, in some cases, the total disarticulation of the network, in some cases this was a temporary effect. Both family arrangements were affected. However, in the female single-parent arrangement, there was a greater impact due to the burden of family and domestic responsibilities.

Keywords: Supportive social network. Childcare. Covid-19 pandemic. Social Capital.

Resumen: La investigación tiene como objetivo analizar cómo las madres trabajadoras pertenecientes al arreglo familiar monoparental femenino y nuclear accedieron a sus redes sociales de apoyo, con vistas a los cuidados de sus hijos durante la pandemia de Covid-19. Para eso, se realizaron entrevistas semiestruturadas conducidas por teléfono con 09 madres trabajadoras remuneradas, con hijos menores de 18 años de edad, residentes en un barrio de la Región Nordeste de Belo Horizonte. Los resultados demuestran que la pandemia de Covid-19 ha afectado al acceso y la estructura de las redes sociales de apoyo. Se observó una reducción considerable de sus componentes y, en algunos casos, la desarticulación de la red, aunque fuera temporal. Ambos los

¹ Número do Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa: 4.584.224.

² ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8696-4764> . E-mail: krcorreia@hotmail.com.

³ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0811-4320>. E-mail: mctomas@pucminas.br.

arreglos familiares fueron afectados. Sin embargo, en el arreglo monoparental femenino, se evidencia mayor impacto debido a la carga de responsabilidades familiares y domésticas.

Palabras clave: Red de apoyo. Cuidado con los niños. Pandemia Covid-19. Capital Social.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 apresentou novos desafios às mães trabalhadoras. Em meio às normas e às medidas sanitárias estabelecidas pelos governos e órgãos de saúde, muitas mães se viram na eminência de continuar a trabalhar, sem a opção de atuar na modalidade *home office*, precisando sair de casa para dar prosseguimento às suas atividades laborais. Segundo o IPEA (2019), 43% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, que também são responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos. Para elas, o trabalho tem significado e importância relacionados à sobrevivência da família, além das questões culturais vinculadas ao papel de gênero (Sorj; Fontes; Machado, 2007).

Nesse contexto, torna-se importante conhecer as estratégias desenvolvidas pelas mães trabalhadoras para garantir que seus filhos estivessem seguros e recebessem os cuidados necessários quando se ausentaram para trabalhar durante a pandemia. Portanto, esse artigo tem como pergunta de pesquisa: como mães trabalhadoras pertencentes a arranjos familiares monoparental e nuclear utilizaram suas redes sociais de apoio, com vistas aos cuidados de seus filhos, durante a fase inicial e crítica da pandemia da Covid-19, em um bairro da Regional Nordeste do município de Belo Horizonte? Procura-se, portanto, compreender o papel do capital social como rede I de apoio para o exercício da função cuidadora neste cenário.

O capital social se constitui tanto pela quantidade, quanto pela qualidade dos recursos do grupo e por meio das redes de relações sociais que permitem que os indivíduos acessem recursos dos membros do grupo ou da rede (Bonanimo *et al.*, 2010). A pesquisa delimita seu objetivo em analisar as redes sociais de apoio de mães trabalhadoras pertencentes a arranjos familiares monoparental e nuclear com vistas a assegurar os cuidados de seus filhos, durante a pandemia de Covid-19, através da análise da formação e da utilização de redes sociais de apoio. Para alcançar o objetivo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com mães trabalhadoras.

A escolha por entrevistar mães em um bairro específico da Regional Nordeste do município de Belo Horizonte se deu em virtude dos resultados apresentados pelo

diagnóstico realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (2013). Esse diagnóstico apontou o crescimento da população feminina na capital mineira, principalmente de mulheres chefes de família e que a Regional Nordeste é a que apresenta o maior índice de concentração de mulheres responsáveis por domicílio com até dois salários-mínimos - 83,2%. Dessa forma, essa localidade tem como característica importante a grande presença de mulheres chefes de família com renda baixa, ou seja, aquelas que dependem prioritariamente de uma rede de apoio pública ou familiar para arcar o sustento da família. Considerando o contexto apresentado, a hipótese central do trabalho entende que o contexto de pandemia, com escolas fechadas e com o isolamento social entre familiares, afetou diretamente a rede de suporte das mães, o que fez com elas precisassem recorrer a novas soluções para o cuidado dos filhos.

Este artigo tem seis partes, incluindo esta introdução. A segunda discute o contexto do mercado de trabalho para mães trabalhadoras, a terceira parte aborda a relação entre cuidados com os filhos e a rede de apoio das mães. Na seção seguinte, a metodologia é apresentada e na quinta seção os resultados são discutidos. A última parte apresenta as considerações finais.

2 TRABALHO E CUIDADO

As mulheres no Brasil tendem, de forma recorrente, a se inserirem no mercado de trabalho em situação de desigualdade com relação aos homens, tanto com relação ao acesso, quanto à permanência e à ascensão profissional. Uma das explicações é a sua responsabilidade com os afazeres domésticos e com o cuidado, dificultando sua inserção no mercado de trabalho. De acordo com o Ipea (2020), as mulheres são mais propensas a aceitar um trabalho mais flexível, mesmo com uma remuneração menor devido às pressões sociais para que se dediquem mais tempo a tarefas voltadas ao âmbito familiar. Muniz e Veneroso (2019) destacam que as mulheres continuam sendo destinadas às responsabilidades domésticas e às funções socializadoras na família, exigindo que elas tenham que conciliar o papel profissional com os papéis familiares, em que o cuidar de crianças se apresenta como um importante componente.

Para Guiginski e Wajnman (2019), embora a incorporação das mulheres brasileiras ao mercado de trabalho seja expressiva, ela não é acompanhada por avanços significativos no processo de redefinição das relações de gênero, principalmente no que se refere às responsabilidades domésticas. As autoras argumentam ainda que a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho está fortemente atrelada à dimensão salarial, em que as mulheres que têm filhos, quando comparadas a outras mulheres com características pessoais e de inserção no mercado de trabalho semelhante, recebem salários inferiores.

Da mesma forma, o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Minas Gerais (SAAEMG, 2016) ressalta que a inserção das mulheres no mercado de trabalho apresenta avanços; contudo, o trabalho doméstico continua, na maioria das vezes, sob sua inteira responsabilidade. Mulheres dedicam, em média, 26,6 horas semanais na realização dos afazeres domésticos, sendo que o trabalho doméstico representa a maior ocupação da mulher brasileira. Os homens, de acordo com IBGE (2010), dedicam cerca de 10,5 horas por semana a essa ocupação. As atividades domésticas e de cuidado não são valorizadas socialmente e nem consideradas como trabalho. São compreendidas como responsabilidades e obrigações que cabem à mulher. Trata-se de um trabalho reprodutivo que é primordial para o desenvolvimento da sociedade; porém, devido à opressão de gênero e aos resquícios do patriarcado, ele passou a ser “invisibilizado, não sendo considerado fundamental, principalmente, pelos homens” (SAAEMG, 2016, p. 142). Dessa forma, a divisão sexual do trabalho elucida a razão de a mulher ser responsável pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos e com a família, mesmo quando ela se dedica a uma atividade no mercado de trabalho, acumulando uma dupla jornada.

A intensificação da entrada da mulher no mercado de trabalho, de acordo com Cordeiro (2008), promoveu uma ruptura entre trabalho e família. Outros padrões passaram a ter maior presença ao longo do tempo, como as famílias monoparentais de chefia feminina e as famílias com dois provedores. Isso se deveu ao enfraquecimento do modelo que estabelecia a mulher exclusivamente como cuidadora e o homem como provedor. Porém, as altas taxas de desemprego e a baixa remuneração para algumas ocupações refletem a necessidade da imersão da mulher no mercado de trabalho com vistas a aumentar e/ou a manter a renda familiar.

Quando a maternidade se apresenta, a mulher precisa lidar com outros desafios. A maternidade, associada ao estado civil e à composição familiar, de acordo com o Ipea (2020 p. 2), “pode reforçar as desigualdades de gênero e gerar implicações importantes na divisão de trabalho intrafamiliar (remunerado e não remunerado), limitando as oportunidades das mulheres”. Nesse sentido, as mães trabalhadoras precisam integrar à sua identidade o papel de trabalhadora, a maternidade e os cuidados infantis (Almeida, 2007). Com isso, no que tange ao cuidado com a família, e mais especificamente ao cuidado com os filhos, objeto desta pesquisa, percebe-se uma constante desigualdade, “no mercado de trabalho e no acesso diferencial aos suportes de cuidado providos pelo mercado e Estado e na divisão sexual do trabalho doméstico” (Sorj; Fontes; Machado, 2007, p. 578).

As mães, segundo Bruschini e Ricoldi (2009), organizam sua rotina em função dos filhos, principalmente quando estes são pequenos. O seu dia é estruturado de forma a possibilitar que os cuidados com os filhos sejam atendidos, considerando a alimentação; a vestimenta; o transporte para a creche ou escola; o acompanhamento do desenvolvimento escolar; a promoção do diálogo; a atenção e um tempo juntos. Além dos cuidados com os filhos, os afazeres domésticos também precisam ser inseridos nessa rotina, bem como as atividades laborais exercidas e que exigem muitas vezes que permaneçam grande parte do dia fora de casa. Assim, as trajetórias profissionais femininas perpassam as necessidades da família e do cuidado infantil.

As mães trabalhadoras precisam com frequência recorrer à ajuda de parentes, vizinhas ou, eventualmente, à contratação de uma pessoa ou de uma instituição, como creche e escola, para assegurar o cuidado com os filhos (Bruschini; Ricoldi, 2009). Quando os filhos são mais velhos, geralmente eles passam a colaborar com os afazeres domésticos e com o cuidado dos irmãos menores. Bilac (2014) considera que o modelo de articulação entre trabalho e família não sofreu mudanças significativas porque, quando não é a própria mulher que acumula essas funções parcialmente ou em sua totalidade, ela pede auxílio a outra mulher por meio da delegação à empregada doméstica remunerada ou à rede de parentesco e vizinhança.

O cuidado se refere às atividades, aos bens e aos serviços que permitem as pessoas se alimentarem, estudarem, estarem com saúde e viverem num ambiente

propício. Segundo Montañó e Calderón (2010), por se relacionar a necessidades mais básicas e relevantes para a existência das pessoas, o cuidado envolve aspectos materiais, econômicos e psicológicos. Enríquez (2012) adverte que a feminização do cuidado extrapola os domicílios à medida que as mulheres também se envolvem em atividades de cuidado remuneradas na área da saúde, educação e no trabalho doméstico. Por sua vez, isso promove sua naturalização (Enríquez, 2012; Cepal, 2010; Saaemg, 2016), posto como um assunto de mulher, visto como algo que representa o privado, não considerando sua amplitude, e como um problema de política pública. Quando se trata de mulheres pobres, a autora ressalta que as responsabilidades de cuidado impõem condições que limitam o acesso dessas mulheres a recursos econômicos, como o fato de serem responsáveis pela maior parte do cuidado; ter menores salários e piores oportunidades no mercado de trabalho; não dispor de recursos suficientes para acessar serviços de cuidado.

O cuidado dentro do recorte estabelecido nesta pesquisa não pode ser visto somente a partir de um ator, mas requer uma discussão e atenção acerca dos direitos das crianças e dos(as) adolescentes, bem como dos direitos da mulher, sendo, inclusive, relevante rever os valores e os modelos de masculinidade. Nesse sentido, a Cepal (2010) aponta caminhos que precisam ser trilhados nessa perspectiva e que assegurem direitos à mulher, como fortalecer o acesso ao trabalho em igualdade de oportunidade; desfamiliarizar a política social, reforçando que o cuidado a terceiros não é assistência à mulher, e sim um direito do indivíduo que está sendo cuidado; promover mudanças no tempo dedicado ao cuidado familiar dos filhos por meio de políticas públicas; reestruturação dos serviços públicos de educação, transporte, saúde de modo que seja compatível com o horário de trabalho das mães e pais entre outras ações.

Os pais também atuam como provedores de cuidado. O que deve ser ressaltado, contudo, é que as mulheres continuam à frente dessa função. Quando se estabelece o cuidado com base no referencial feminino, os homens podem ser considerados como não envolvidos no ato de cuidar ou que não sabem fazê-lo (Fundo de População das Nações Unidas e o Instituto Papai, 2007). O que se vê é um comportamento do homem que está alicerçado numa construção social, sendo necessário, ainda na infância, apresentar aos meninos outros valores e modelos de

masculinidade. Ensiná-los e criar oportunidades para que aprendam a cuidar, já que o cuidado é uma habilidade que se aprende ao longo da vida.

O contexto da pesquisa se deu durante o momento inicial e crítico da pandemia de Covid-19, que desencadeou novos desafios para as mães trabalhadoras, uma vez que, com o isolamento social e o fechamento das instituições escolares, houve um possível afrouxamento do capital social e, conseqüentemente, de sua rede de suporte. Segundo a UNFPA (2020), o contexto de pandemia afetou homens e mulheres de maneira diferente, pois reverberou as desigualdades de gênero. As necessidades de mulheres e meninas tendem a ser menos atendidas e ou consideradas devido à reduzida probabilidade de as mulheres terem o poder de decisão e de representação no planejamento de resposta à pandemia. No mundo, as mulheres representam cerca de 70% da força de trabalho na área de saúde e de serviços sociais, estando à frente dos esforços para enfrentamento da doença, colocando-as a uma maior exposição ao risco de infecção

Ao manter sua atividade laboral durante a pandemia, as mulheres trabalhadoras também colocaram em risco seus familiares; contudo, aquelas que atuam em serviços essenciais não tiveram outra perspectiva se não continuar suas atividades. Elas também são, em geral, as principais responsáveis pelo papel de cuidado nas famílias. Com a interrupção das atividades escolares, observaram-se limitações quanto a oportunidades econômicas e a seu trabalho, já que precisaram se dedicar aos cuidados dos filhos e aos afazeres domésticos intensificados neste período (Ipea, 2020).

Quando se avalia a renda, as mulheres tiveram ligeiramente uma maior perda salarial que os homens no início da pandemia (-20,54% contra -19,56%). Com relação à perda ocupacional, nota-se uma diferença maior, enquanto elas apresentaram uma perda de 11,1%, os homens tiveram uma taxa de -8,8% (Neri, 2020). Para o Ipea (2020), os trabalhadores com maior probabilidade de perder sua ocupação ao longo da pandemia foram aqueles que se encontraram em situação de maior precariedade no mercado de trabalho, do setor informal da economia, e os que não poderiam realizar seu trabalho a distância.

3 O CUIDADO E AS REDES DE APOIO

Conforme Gonçalves (2010), o capital social existe a partir de relações de um grupo de pessoa e é intersubjetivo, dependendo, sobretudo, da confiança, da internalização de normas e valores e da predisposição à cooperação, o que proporciona o compartilhamento dos benefícios que possam ser conquistados. Para Bourdieu (1980), o capital social, enquanto elemento constitutivo, é apresentado pelos benefícios obtidos pelos indivíduos mediante sua participação em grupos ou redes sociais, ou seja, é nas redes de relações sociais que os indivíduos têm acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e a quantidade e a qualidade de recursos do grupo.

Dessa forma, a rede de relacionamentos é produto do investimento e de estratégias individuais ou coletivas, de acordo com Bourdieu (1986). A transformação de relações de vizinhança, local de trabalho e/ou de parentesco em relações que são ao mesmo tempo necessárias e eletivas origina obrigações sentidas de forma subjetiva ou garantidas institucionalmente. Portanto, para Bourdieu (1986), o volume do capital social acessado por um indivíduo está atrelado ao tamanho da rede de conexões que ele mobiliza, além do volume de capital econômico, cultural ou simbólico que cada um possui com quem está conectado.

Alguns aspectos identificados nas relações das redes sociais de apoio são destacados por Bourdieu (1986, p. 22), ao afirmar que a reprodução do capital social está vinculada ao esforço “incessante de sociabilidade”, havendo uma série de trocas com o seu reconhecimento “continuamente afirmado e reafirmado”. Bourdieu (1986) ainda pontua sobre o fato de os possuidores de um capital social serem procurados pelo seu capital. Eles passam a ser conhecidos, inclusive, por mais pessoas do que eles próprios conhecem, sendo seu trabalho de sociabilidade altamente produtivo. Gera-se, portanto, uma confiança atrelada a este conhecer bem.

Singly (2007) reforça a importância do termo capital social, onde o valor do indivíduo não está fixado pelo montante de capital que possui, dependendo também dos recursos que podem ser mobilizados através da rede de relações familiares. Esse montante não é reservado a famílias mais ricas, mesmo porque, o capital social é definido por Bourdieu (1980 p.67, *apud*, BONAMINO, 2010 p.489) “como a agregação de recursos atuais ou potenciais com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e inter-reconhecimento”, dando ao indivíduo o

sentimento de pertencimento a um grupo específico. Para que isso ocorra, as trocas materiais e simbólicas são estabelecidas por meio das redes sociais. Elas passam, portanto, a ocupar um lugar relevante junto às famílias, principalmente quando as mães precisam trabalhar e deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas.

De acordo com Sorj, Fontes e Machado (2007), há distinções entre a delegação de cuidados da criança nas famílias com mães trabalhadoras, sendo que, nas famílias mais abastadas, os cuidados são geralmente atribuídos a creches, pré-escolas particulares, além de contarem com o serviço de trabalhadoras domésticas. Já em famílias de baixa renda, percebe-se uma diferenciação à medida que as mães recorrem aos cuidados de instituições de educação infantil pública e/ou aos cuidados informais realizados por parentes ou vizinhos.

Marques (2010) ressalta que as redes são exploradas como elementos importantes na promoção tanto de coesão social quanto da construção de conexões e integração social, podendo auxiliar na produção de identidades, na promoção de sensação de pertencimento e na construção de controle social nas comunidades. As redes, por sua vez, podem passar por mudanças, atreladas a padrões localizados e conjunturais ou estruturais, os quais, de acordo com Marques (2010), estão vinculados à trajetória e aos tipos de ambientes onde os indivíduos se relacionam. As mudanças estabelecidas nas redes podem gerar resultados distintos, como criar ou destruir oportunidades relacionais que, por consequência, trazem novos elementos, a saber: a alteração no tamanho e na estrutura das redes; alteração nos tipos de vínculo e sociabilidade, afetando o processo de ajuda.

Há ainda as alterações que ocorrem nas redes em decorrência da saída e da entrada de pessoas devido a mudanças geográficas de residência, conflitos, mudanças de ambiente organizacional ou relacional. Marques (2010) ressalta que as mudanças podem gerar rotatividade em um conjunto de vínculos de um dado ego, atingir as relações fortes e íntimas, afetando os tipos de apoio que os indivíduos podem receber de seus vínculos. A pandemia pode ser compreendida como uma dessas possibilidades de mudança das redes de relacionamento e consequentemente das de apoio. Mudanças tanto com relação à estrutura quanto à composição.

É importante, ainda, discutir a estrutura da família e sua relação com o cuidado e a responsabilidade feminina. Babiuk (2014) ressalta que, no Brasil, a

Constituição Federal de 1988 trouxe possibilidades para que mudanças nas relações familiares ocorressem, inclusive com a composição da família monoparental. Isso ocorre porque, antes de sua promulgação, a família era conceituada como uma organização matrimonial no modelo pai, mãe e filhos, o que se transformou à medida que, por meio do aparato legal, seu significado foi ampliado, reconhecendo a diversidade de composições familiares.

As famílias monoparentais femininas, em grande parte, são associadas a situações de vulnerabilidade econômica (Cunico; Arpini, 2014; Babiuk, 2014), já que a mulher se torna a provedora do sustento familiar, assume funções domésticas e de cuidado com os filhos, tendendo, em razão dessa realidade, a se vincular a trabalhos mal remunerados. Segundo Bilac (2014), mudanças significativas são observadas quando as famílias tradicionais ou nucleares, formadas por casal com filhos e provedor masculino, cedem lugar aos casais de dupla renda, muitos sem filhos, e mulheres responsáveis pelos domicílios, com ou sem cônjuge. O autor destaca o fato de as famílias monoparentais, formadas por grupos de mãe e filhos ou mãe, filhos e parentes, permanecerem como condicionante da responsabilidade feminina pelos domicílios.

Na ausência de ambos os pais, são também consideradas famílias monoparentais aquelas constituídas pela composição de avó e neto(s). De acordo com Fontes (2014), no Brasil e em outros países da América Latina, identifica-se o crescimento da família monoparental estendida onde há a coresidência com parentes. Segundo a autora, esse fato se deve à fragilidade econômica desse arranjo familiar, em que o bem-estar entre os indivíduos depende do que o outro indivíduo “coresidente pode ou está disposto a oferecer contra os custos adicionais de espaço compartilhado e da perda de privacidade” (Fontes, 2014, p. 37).

Embora o arranjo de família nuclear se mantenha em maior proporção no Brasil, algumas mudanças são perceptíveis. Uma delas se refere à pessoa responsável pela família. O Censo 2010, no período de 2000 a 2010, registrou um crescimento expressivo das famílias com a pessoa responsável do sexo feminino, inclusive nas que contavam com a presença de cônjuge.

Um ponto destacado por Fontes (2014) refere-se ao desenvolvimento de redes de relações sociais com vistas à ampliação do universo de contato das mães de arranjos monoparentais, o que promove benefícios mútuos que vão ao encontro

de conforto e bem-estar dos membros que residem em seu domicílio. A limitada oferta e cobertura de serviços pré-escolares no Brasil é um fator que influencia as famílias monoparentais na formação de redes sociais de apoio. Nesse aspecto, a provisão de cuidados com as crianças por meio de instituições de Educação Infantil é um fator importante e que interfere no nível e na qualidade da participação das mulheres no mercado de trabalho. Destaca-se que 42% das crianças entre 4 e 5 anos estão fora da escola em razão da falta de creche/escola ou por sua localização distante (Todos pela Educação, 2023).

Em um contexto de pandemia, medidas de proteção com vistas à redução do contágio da doença foram estabelecidas e mudanças significativas no dia a dia dos cidadãos foram observadas. Escolas, creches, outras instituições e estabelecimentos tiveram suas atividades suspensas, bem como medidas de distanciamento e isolamento social impostas, o que causou restrições ao acesso e à manutenção das redes sociais de apoio já estabelecidas. Porém, algumas mães tiveram suas atividades laborais mantidas e, em decorrência disso, precisaram de indivíduos ou de instituições para cuidar de seus filhos no período de sua ausência.

4 METODOLOGIA

A abordagem utilizada foi a qualitativa, com o objetivo de aprofundamento sobre a formação e a utilização de redes sociais de apoio de mães trabalhadoras de famílias monoparentais e nucleares, moradoras de um bairro da Regional Nordeste de Belo Horizonte no contexto de pandemia de Covid-19. Foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, com nove mães trabalhadoras, contemplando os arranjos familiares que fazem parte do estudo, com filhos abaixo de 18 anos de idade, residentes em um bairro localizado na Região Nordeste no município de Belo Horizonte. As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2020 por telefone ou via WhatsApp, devido às medidas de proteção e segurança com vistas à redução do contágio pelo novo coronavírus estabelecidas pelas autoridades municipal, estadual e federal e por limitações das entrevistadas quanto à possibilidade de acesso à internet e a *softwares* de videoconferência. Diante dessa restrição, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido para as entrevistadas, sendo seus termos explicados verbalmente, junto com o esclarecimento de dúvidas e o repasse de informações importantes sobre a

pesquisa. Mediante o consentimento verbal das mães, as entrevistas foram gravadas.

As entrevistadas foram contatadas com antecedência para a formalização do convite e agendamento da entrevista. Os dados (nomes e telefone) das mães entrevistadas foram compartilhados por meio de membros de uma Organização da Sociedade Civil local que foi parceira de outra OSC onde a autora principal trabalha, o que possibilitou a aproximação para apresentação do projeto e o apoio para acesso às participantes desta pesquisa. O primeiro contato foi realizado para informar cada entrevistada acerca do projeto, esclarecer dúvidas e agendar a entrevista para data e horário que fossem mais apropriados à sua participação.

Por meio das entrevistas, buscou-se conhecer a estrutura de rede de cada mãe, como elas são compostas, seu tamanho, seu modelo de sociabilidade, explorando suas características de modo a acessar suas condicionantes e sua atuação no que tange ao cuidado dos filhos no contexto pré-pandêmico e durante a pandemia. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e sistematizadas para condução da etapa de análise e estruturação dos resultados.

Foi perceptível o interesse e o desprendimento das entrevistadas no processo de contribuição para a pesquisa, assim como se sentir à vontade para comunicar e participar do momento, inclusive, apresentando conteúdos importantes que vão para além do escopo da pesquisa. Não é possível afirmar, mas provavelmente, o fato de a entrevista ter sido realizada via telefone deixou as entrevistadas mais confortáveis do que se a participação tivesse sido presencial. Foi utilizado o áudio, sem acionar o uso de câmera, o que favorece o anonimato. Houve também a redução de custos financeiros que poderiam ter ocorrido com a execução do trabalho de campo. Quando se observa o tempo, ele também foi otimizado neste modelo, evitando-se deslocamentos e sendo ele utilizado apenas para o contato com as mães participantes, agendamento e realização das entrevistas.

Um fator que em algumas poucas entrevistas exigiu uma interrupção, mesmo que rápida, foi a queda na conexão de internet para as entrevistadas que optaram pelo uso do WhatsApp sem, porém, gerar prejuízo para o processo de entrevista. As entrevistadas buscaram horários que lhes fossem mais apropriados e confortáveis para a realização da entrevista, não ocorrendo interrupções e/ou outro impedimento por parte dos demais moradores dos respectivos domicílios.

5 RESULTADOS

O presente estudo foi pautado pelo objetivo de mapear e estudar as redes sociais de apoio estabelecidas por mães trabalhadoras pertencentes a arranjos familiares monoparental e nuclear com vistas aos cuidados de seus filhos durante a pandemia de Covid-19.

Foram entrevistadas nove mães, sendo seis pertencentes ao arranjo monoparental (cinco simples e um estendido) e três pertencentes ao arranjo familiar nuclear (dois simples e um reconstituído), todas envolvidas em atividade laboral quando se instaurou a pandemia de Covid-19.

O Quadro 1 apresenta o perfil das mães entrevistadas. Já o Quadro 2 apresenta as características da família das entrevistadas.

Quadro 1 - Características pessoais das entrevistadas

NOME*	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
Vanessa	27	Solteira	Ensino superior Incompleto	Freelancer Jogos on-line
Letícia	68	Divorciada	Não estudou	Trab. doméstica e aposentada
Isadora	36	Casada	Ens. Médio completo/ téc. podologia.	Podóloga
Mariana	39	Casada	Ens. Médio Complete	Aux. Serviços Gerais
Roberta	49	Divorciada	Ens. Fundamental Incompleto	Vendedora (ambulante)
Iris	40	Viúva	Ens. Médio Completo, Tec. em Enfermagem	Técnica Enfermagem
Olivia	34	Casada	Ens. Médio Incompleto	Cabelereira Depiladora
Fernanda	35	Divorciada	Ens. Superior em curso	Aux. de alimentação
Mônica	35	Solteira	Ens. Médio Incompleto	Vendedora (ambulante)

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas.

* Todos os nomes são fictícios, escolhidos pelas próprias entrevistadas.

Quadro 2 - Características da família das entrevistadas.

NOME*	IDADE E SEXO DOS FILHOS		ARRANJO FAMILIAR
	FEM.	MAS.	
Vanessa	1ano e 7 meses		Monoparental feminina simples
Letícia	11 anos; 22 anos		Monoparental feminina extensa
Isadora	11 anos	02 anos; 06 anos.	Nuclear simples
Mariana		05 anos.	Nuclear simples
Roberta		14 anos	Monoparental feminina simples
Iris	11 anos	15 anos; 16 anos	Monoparental feminina simples
Olivia		07 anos; 09 anos; 06 meses de gestação	Nuclear Reconstituída
Fernanda		09 anos; 11 anos	Monoparental feminina simples
Mônica		08 anos; 12 anos.	Monoparental feminina simples

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas.

* Todos os nomes são fictícios, escolhidos pelas próprias entrevistadas.

As entrevistadas têm idade entre 27 e 68 anos, com a média de dois filhos por família na faixa etária de um a 16 anos. Quatro mães estão vinculadas ao trabalho formal e cinco vinculadas ao trabalho informal. Quanto à escolaridade, cinco mães têm Ensino Médio completo, sendo duas com formação técnica e duas com Ensino Superior em curso; uma mãe não estudou; uma tem o Ensino Fundamental incompleto e duas o Ensino Médio incompleto.

Para compreender como o contexto de pandemia influenciou as redes sociais de apoio e como as mães que exercem trabalho remunerado acessaram suas redes, foi necessário conhecer como essas redes eram acessadas e se estruturavam antes

de março de 2020. Os resultados demonstram mudanças na estruturação das redes, além de colocar em evidência aspectos que interferem diretamente no cuidado das crianças e dos adolescentes.

Observa-se, ao longo da pandemia de Covid-19, uma mudança no cenário de trabalho das mães e uma reconfiguração do trabalho e do cuidado. A partir das medidas instauradas, as mães que já trabalhavam se viram diante da necessidade de remodelarem seu trabalho e/ou suas redes de apoio. Em decorrência desses fatos, as mães inseridas no mercado de trabalho e participantes desta pesquisa se viram: 1 – na eminência de reinventar sua atividade laboral, de modo a garantir sua renda; 2 – na necessidade de buscar outra ocupação quando em situação de desemprego; 3 – de interromper suas atividades laborais por fazerem parte do grupo de risco e precisarem cumprir o distanciamento ou isolamento social. Apenas uma mãe entrevistada teve sua atividade laboral preservada sem nenhuma interrupção e/ou adequação, justamente por se tratar de um serviço considerado essencial.

Olívia, cabeleireira e depiladora, pertencente ao arranjo familiar nuclear, necessitou fazer mudanças em sua atividade laboral para continuar trabalhando durante a pandemia e contribuir para o orçamento familiar. Ao iniciar a pandemia, ela trabalhava em seu próprio salão de beleza, em um espaço fora de seu domicílio. Porém, com o avanço da doença e com os decretos municipais que estabeleceram fechamento de estabelecimentos comerciais por alguns momentos, ela precisou suspender as atividades no seu espaço de trabalho, adaptando-o em um cômodo em sua residência onde passou a atender seus clientes. Essa mudança favoreceu tanto a continuidade de seu trabalho, quanto a necessidade dela conciliar sua atividade laboral com o cuidado com os filhos e o lar, bem como fazer seu acompanhamento pré-natal.. Destaca-se que sua situação financeira não piorou significativamente porque seu marido continuou a trabalhar e ela teve acesso ao auxílio emergencial, que foi um benefício criado pelo governo federal (Lei n.13.982, de 2 de abril de 2020) durante a pandemia.⁴

O auxílio emergencial contribuiu para que diversas famílias pudessem cumprir com seus compromissos e comprar os produtos de necessidade básica. Embora o

⁴ O benefício emergencial tinha como pré-requisitos: (1) Ser maior de 18 anos; (2) Não ter emprego formal (não pode ter carteira assinada); (3) Não ter benefício previdenciário ou assistencial, exceto Bolsa Família, (4) Renda familiar de ½ até três Salários Mínimos e (5) Não ter recebido acima de R\$ 28.559,70.

valor não fosse suficiente para suprir todas as despesas, teve sua relevância e cumpriu seu papel, conforme relatado pelas entrevistadas Roberta, Mariana, Vanessa, Mônica e Olívia – todas elas também buscaram o complemento por meio de cestas básicas distribuídas por diferentes instituições, como igrejas e a Prefeitura de Belo Horizonte, além de realizarem, quando possível, os “bicos”, ou seja, uma atividade laboral extra ou temporária como fonte de renda complementar, como por exemplo, vender produtos (doces e outras guloseimas) diretamente em seu domicílio.

Vanessa, pertencente ao arranjo familiar monoparental, quando iniciou a pandemia, fazia faxina aos finais de semana. Por fazer parte do grupo de risco (portadora de doença respiratória crônica), passou a cumprir a recomendação de ficar em casa evitando o contato social. Porém, buscou outra ocupação que lhe permitisse trabalhar no modelo *home office*, além de conciliar os cuidados com sua filha e o trabalho doméstico. Em suas palavras: “A rotina ficou mais apertada (*sic*)”. Ela e o pai de sua filha, que viviam em domicílios diferentes, optaram por ficarem no mesmo domicílio devido à questão financeira: uma família de arranjo monoparental feminino que, no período da pandemia, passa a ser nuclear com vistas a amenizar os impactos financeiros e a prevenção da infecção pelo vírus da Covid-19.

O trabalho, embora traga consigo o aspecto de realização profissional, da conquista de um objetivo, é sem dúvida o caminho que precisa ser trilhado pelas mães para garantir o sustento da família e proporcionar melhores condições de vida aos seus filhos. As entrevistadas Mônica, Olívia e Roberta ressaltam nesse contexto a realidade das mães chefes de família, quando divorciadas, no que tange à pensão alimentícia, cuja finalidade é contribuir para o suprimento das necessidades básicas de sobrevivência e manutenção dos filhos. Segundo elas, um fator recorrente é o não recebimento da pensão ou o recebimento com atrasos de até três meses. Além disso, o valor, segundo elas, é insuficiente para o sustento dos filhos, o que exige que elas se insiram no mercado de trabalho, muitas vezes, em ocupações com baixa remuneração e informais, não tendo, portanto, seus direitos trabalhistas assegurados. Essa questão é algo ressaltado por Enríquez (2012) e reverbera por meio da fala de Roberta: “Há anos eu trabalho vendendo doces, não achava emprego e tive que trabalhar na rua para sustentar meu filho” (*sic*).

A pandemia impactou as famílias com a alta dos preços e, portanto, do custo de vida, atrelada muitas vezes à redução do salário ou ao desemprego. As mães de arranjo familiar nuclear também vivenciam essas dificuldades, porém, como os cônjuges se responsabilizam por parte ou por todas as despesas, elas tendem a percorrer este período com um impacto menor quando comparadas às mães de arranjo monoparental feminino.

Um outro elemento que influencia o cotidiano das mães é o trabalho doméstico, que aparece como responsabilidade principal da mulher em ambos os arranjos familiares, já que nas famílias nucleares a participação dos homens acontece de forma esporádica e colaborativa. “O pesado” fica com elas, como ilustrado na fala de Olívia: “Ele ajuda na folga dele, mas o grosso mesmo sou eu: cozinhar, lavar, arrumar tudo” (*sic*). De acordo com a Cepal (2010), os homens geralmente contribuem quando há falta de recursos humanos para tal finalidade. As entrevistadas ensinam e orientam os filhos e as filhas a contribuírem através da realização de pequenas tarefas, como retirar o lixo e arrumar a própria cama. À medida que os filhos crescem e se tornam adolescentes, começam a colaborar assumindo outras responsabilidades e contribuindo com a mãe, que geralmente está submetida a jornadas extensas de trabalho ou a condições de trabalho desfavoráveis. Para Bruschini e Ricoldi (2009), quando os filhos são mais velhos, geralmente colaboram nos afazeres domésticos e no cuidado com os irmãos menores. Essa realidade se evidencia nas famílias de Íris e Roberta, em que os filhos são adolescentes.

As redes sociais de apoio antes da pandemia eram pequenas, com a variação entre dois e oito nós, constituídas principalmente de ligações de laços fortes, conforme definido por Granovetter (1973), envolvendo relações familiares e de amizade próxima. Com base nisso, as entrevistadas informaram que, entre os indivíduos e as instituições aos quais estavam ligadas para o cuidado dos filhos, destacavam-se aqueles advindos de vínculos primários, como avós, tias, tios, pais das crianças (ex-cônjuges), avôs, sobrinhas, vizinhas(os). Além das ligações de laços fortes, escolas, em especial as Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis), Organizações das Sociedade Civil e paróquias também faziam parte das redes sociais das famílias.

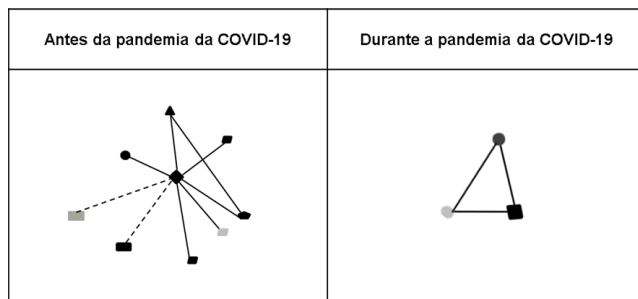
Na pandemia, as redes passam a ser compostas pelas avós maternas (com menor representatividade quando comparadas às redes do período anterior à pandemia), vizinhas, tias maternas e os pais das crianças. Marques (2010) ressalta que mudar o padrão de sociabilidade pode contribuir para o aumento ou redução das redes. O contexto de pandemia influencia o padrão de sociabilidade dos indivíduos do lugar, quando inviabiliza as interações entre familiares, vizinhança, com a comunidade escolar e outros atores locais.

As redes acessadas pelas mães antes e durante a pandemia de Covid-19 são descritas por meio de representação gráfica, que busca reproduzir contextos relacionais, os vínculos estabelecidos nas redes sociais de apoio, a partir da realidade vivenciada pelas famílias. As relações com vínculo entre os nós que representam pessoas, instituições, grupos, são simbolizadas por linhas de traços diferentes que indicam a existência de inter-relações, as ligações entre os componentes da rede, sendo que as linhas fixas representam os laços fortes, e as linhas pontilhadas os laços fracos.

Para cada entrevistada foi estruturada uma representação gráfica das redes de apoio dos períodos pré e durante a pandemia. Contudo, neste artigo, são apresentadas as redes sociais de apoio de Íris e Olívia como exemplos de mães trabalhadoras pertencentes a arranjos monoparental e nuclear respectivamente.

Íris reside com sua filha de 11 anos e os filhos de 15 e 16 anos. Por ser uma trabalhadora da área da saúde, um serviço essencial, continuou sua atuação presencialmente. Antes da pandemia, sua rede era composta por seis nós de laços fortes – a avó materna, a escola, o transporte escolar, a paróquia e duas OSC onde seus filhos participavam de cursos de preparação para o mercado de trabalho e atividades esportivas – e dois de laços fracos – a professora da escola onde os filhos estudam e os vizinhos. Durante a pandemia, em função do distanciamento social e a suspensão das atividades escolares, a rede passou a ter apenas dois nós considerados de laços fortes: a tia materna das crianças, para apoiar nos cuidados, e a avó materna, que contribui, mas com restrições, por se tratar de pessoa idosa e parte do grupo de risco. Fica evidente como a redução da sociabilidade influenciou diretamente a estrutura da rede. Com isso, os filhos deixaram de acessar os espaços de aprendizagem e de convivência com seus pares e de poder contar de forma mais próxima com a supervisão da avó.

Figura 1 - Sociograma da entrevistada Íris



Legenda: losango preto: ego; círculo cinza: tia materna; triângulo preto: escola; quadrado preto: OSCs; quadrado cinza: Paróquia; círculo preto: avó materna; pentágono: transporte escolar; retângulo cinza: professora; retângulo preto: vizinhos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

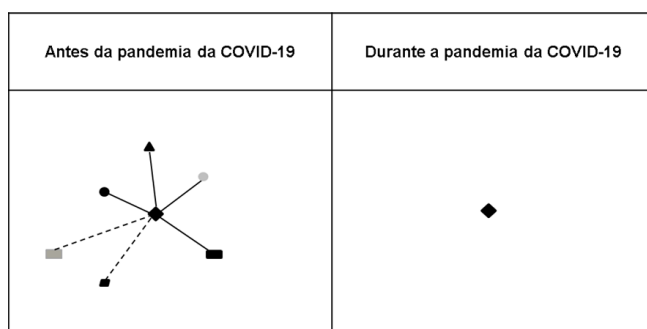
Observa-se que há uma forma de cuidado em que os cuidadores pertencentes à rede estão presencialmente no domicílio, auxiliando as crianças em suas necessidades; há uma outra em que os cuidadores pertencentes à rede são responsáveis por acompanhar as crianças em outros espaços, como, por exemplo, no deslocamento da escola para a casa e vice-versa. Há uma terceira forma de cuidado em que o termo usado foi “correr o olho”, algo citado com frequência pelas entrevistadas e que se apresenta como principal função: contar com a colaboração e atenção daquela pessoa sem exigir uma dedicação exclusiva ou que tome muito do seu tempo. Acontece com frequência quando os familiares residem no mesmo lote: cada um tem a sua casa, mas, pela proximidade, torna acessível à avó e à tia promover esse apoio, auxiliar e monitorar ao longo do dia, podendo também ser exercida por uma vizinha mais próxima. Esse tipo de cuidado foi relatado quando se trata de crianças na faixa etária a partir dos 10 anos. As mães, quando se trata da primeira infância e de crianças menores, mantêm os cuidados de forma presencial e preferencialmente sob os cuidados das avós maternas, em Escolas Municipais de Educação Infantil ou através vizinhas que cuidam de crianças no bairro, como se observou a partir dos relatos das entrevistadas Mariana, Vanessa e Isadora. Nos dois arranjos familiares, foco deste estudo, observaram-se esses aspectos.

Olívia reside com suas duas filhas (9 e 7 anos) e seu atual marido. A rede acessada antes da pandemia era formada por seis nós (avó materna, vizinha que levava e buscava as crianças na escola, pai de suas filhas (ex-cônjuge) e a escola)

vinculados a laços fortes e dois fracos, constituídos por uma vizinha e uma amiga pedagoga. Estas contribuíam com menos frequência e com menor proximidade. No entanto, estimularam bens individuais relevantes que favoreciam no aspecto educacional das crianças, informações e recomendações que auxiliaram Olívia. Por meio da rede, as crianças eram supervisionadas por um adulto de confiança, contando com a presença de um familiar, o que também favorecia o fortalecimento dos vínculos familiares. A rede também promovia a segurança no trajeto de ida e volta à escola, a partir da companhia de uma adulta que também levava outras crianças moradoras do bairro.

Além disso, no ambiente escolar, as crianças recebiam o conteúdo educacional e socializavam-se com seus pares e outros atores, além de algumas refeições serem asseguradas. Com a suspensão de alguns serviços, Olívia, que era proprietária de um salão de beleza no bairro, precisou encerrar as atividades laborais, executando-as de forma reduzida em sua residência. Por causa dessas mudanças, a função de cuidado passou a ser exercida por ela com apoio de seu marido, e a rede de apoio passou a não ser mais acessada, o que também ocorreu com Mariana. Essas duas famílias nucleares – as de Íris e Olívia – tiveram na pandemia a desarticulação de suas redes. De acordo com Olívia, as mudanças geradas trouxeram a possibilidade para a família estar em domicílio e conviver mais tempo juntos, ocorrendo melhorias no relacionamento intrafamiliar. Algo recorrente no relato das mães foi o impacto psicossocial evidenciado em seus filhos. Íris buscou inserir, assim como Olívia, atividades no cotidiano familiar que pudessem integrar e trazer leveza.

Figura 2 - Sociograma da entrevistada Olívia



Legenda: losango preto: ego; círculo cinza: vizinha; triângulo preto: escola; retângulo preto: pai; círculo preto: avó materna; retângulo cinza: vizinhas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

No período que antecedeu à pandemia de Covid-19, não se observaram diferenças significativas entre as redes das famílias de arranjo monoparental feminina e nuclear. Embora toda a rede social tenha suas especificidades e características próprias no que tange às relações sociais, a maioria das redes são pequenas, com poucos nós e de laços fortes, havendo similaridade em sua estrutura, quando se observa o acesso às redes para cuidado dos filhos, os indivíduos e as instituições que as constituem. Alguns autores salientam o envolvimento das avós, tias, primos e outros familiares no cuidado das crianças (Sorj; Fontes, 2012; Cepal, 2016; Fiocruz, 2020).

Durante a pandemia, houve uma redução no tamanho ou a extinção (mesmo que temporária) das redes de apoio social das famílias entrevistadas, ocasionada tanto pelo desemprego que fez com que algumas mães tivessem que ficar em casa e, com isso, não ter que acionar a rede para o cuidado dos filhos, quanto pelo motivo do distanciamento social para evitar a contaminação, exigindo que as mães pertencentes ao grupo de risco interrompessem seu trabalho fora do domicílio, dedicando-se à função de cuidado com os filhos. Outro fator marcante para a redução do tamanho das redes está na suspensão das atividades escolares e das desenvolvidas pelas OSC, além da postura adotada por grande parte das famílias, evitando o contato físico com aqueles(as) que anteriormente se vinculavam à rede. As mães expressaram satisfação em estar à frente do cuidado de seus filhos e tendo no dia a dia uma convivência mais próxima; contudo, não deixaram de salientar a importância e a necessidade de recolocação no mercado de trabalho. Além disso, sentem em não poder manter o relacionamento com alguns membros da rede, principalmente quando se trata de parentes mais próximos, como, por exemplo: as avós maternas.

Nesse sentido, Granovetter (1973), ao discorrer sobre as redes sociais a partir da abordagem econômica, afirma que elas facilitam a circulação de informações e asseguram a confiança, facilitando as relações entre os indivíduos. Por esse motivo, segundo o autor, estar vinculado por meio de laços fracos possibilita alcançar pontes entre as redes, ampliando as possibilidades e as oportunidades de acesso às informações que são úteis à vida diária. Algumas mães descreveram que suas redes

de laços fracos ocorriam com uma frequência reduzida se comparada aos laços fortes, mais marcantes nas redes. Ao longo da pandemia, percebeu-se, portanto, a extinção dos laços fracos.

Os atores e as instituições que compõem as redes de apoio social são provedores de capital social para as crianças e para os adolescentes. Esta constatação vem de encontro ao que salienta Bourdieu (1980), quando afirma que o capital social, enquanto elemento constitutivo, apresenta-se nos benefícios obtidos pelos indivíduos mediante sua participação em grupos ou redes sociais, ou seja, é nas redes de relações sociais que os indivíduos têm acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede e à quantidade e à qualidade de recursos do grupo. Uma mãe, ao consolidar sua rede de cuidado, sente-se mais segura e confortável para exercer o seu trabalho fora do ambiente doméstico.

O maior desafio relatado pelas mães de ambos os arranjos familiares foi a necessidade de trabalhar e conciliar suas atividades laborais com as responsabilidades de cuidado com os filhos, como relatado por Olívia: “Encontrar uma pessoa de confiança para cuidar dos filhos com carinho, dedicação, amor e protegê-los. Preciso trabalhar, mas preciso ter uma pessoa de confiança” (*sic*). Conseguir se manter financeiramente, arcar com as despesas básicas e o sustento dos filhos, foi um desafio apresentado por todas as mães participantes desta pesquisa, com destaque para as que pertencem ao arranjo familiar monoparental feminino. “Tá apertado para pagar as contas” (*sic*), ressalta Roberta.

Para as mães que continuaram com suas atividades laborais e para as que estão em casa, o maior desafio está em conciliar suas atividades profissionais com o acompanhamento da vida escolar de seus filhos, ou seja, as aulas remotas, as atividades enviadas pela escola para serem realizadas em casa. “Antes da pandemia, tinha uma rotina. Agora tive que mudar tudo e me reinventar”, pontua Mariana.

O medo da contaminação é um desafio para a mãe trabalhadora no período da pandemia. Ou seja, contaminar-se e, por consequência, contaminar os filhos. Embora o protocolo estivesse sendo seguido pelas entrevistadas, como, por exemplo, o uso de máscara e álcool, as entrevistadas reforçam que ainda se sentiam vulneráveis. O fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI variava de acordo com a função exercida e o local de trabalho, mas não adianta um

indivíduo usá-los e outros não terem o mesmo comprometimento, o que ocorreu principalmente em espaços de trabalho, como centros comerciais e *shoppings*. O transporte público, também citado, tornou-se um risco, com a aglomeração de pessoas e a falta de higienização dos equipamentos.

As mães prezam pelo bem-estar de seus filhos, e, dentro do contexto de pandemia, todos foram afetados. De acordo com a Fiocruz (2020), familiares ou cuidadores se veem numa sobrecarga com responsabilidades de várias ordens. Nessa junção de situações e realidades, o estresse parental vai se incorporando. Dentro dessa necessidade de equilíbrio, as mães também precisam aprender a lidar com o sofrimento, a preocupação e o medo manifestos pelas crianças que ficaram cansadas de ficar em casa, sentiam falta dos amigos e das atividades, do brincar com seus pares e ficaram ansiosas e inseguras com o contexto. As crianças e os adolescentes ficaram muito “suscetíveis às repercussões psicossociais da pandemia” (Fiocruz, 2020, p. 173). “A escola está fazendo muita falta. Ele tem muita energia, está muito ansioso, roendo as unhas, sente saudade da professora e dos amigos” (*sic*), afirma Isadora. “No início foi muito difícil, era muito grande, parecia que ele ia tomar conta da gente. Tudo que você pegava, você ficava com medo, sair no portão dava medo. Não podia ir à casa da minha família. As crianças ficavam com medo” (*sic*), salienta Fernanda.

Diante desse cenário, é esperado que as redes de apoio mudem no sentido de também atender e suportar essa nova demanda de cuidado. Algumas entrevistadas apontaram o esforço de criar momentos de lazer (jogos, brincadeiras), com os filhos. Mesmo que essas atividades ainda precisem ocorrer exclusivamente em ambiente doméstico, elas buscam promover o diálogo, remodelam a rotina sempre que necessário, o apoio de outros que pudessem contribuir nos aspectos educacionais das crianças. Dessa forma, novos elementos vão sendo incorporados ou intensificados aos cuidados realizados pela mãe e pelo pai que puderam estar mais próximos dos filhos durante a pandemia, no caso de Isadora, ou da rede social de apoio representada por tias, pelo pai (ex-cônjuge), conforme salienta Mônica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao comparar as redes sociais de apoio estabelecidas por mães trabalhadoras pertencentes a arranjos familiares monoparentais e nucleares e como estas eram acessadas antes e durante a pandemia da Covid-19, observa-se que o contexto vivenciado no início da pandemia em 2020 afetou diretamente suas redes sociais de apoio para auxílio no cuidado dos filhos. Antes da pandemia, as redes se apresentavam com mais membros, o que permitia um alcance maior de cuidado e um maior capital social. Ao se instaurar a pandemia, observou-se uma redução considerável de seus componentes e, em alguns casos, da desarticulação da rede, mesmo que em caráter temporário.

Os resultados do trabalho indicam que o contexto de pandemia afetou diretamente a possibilidade de se acessar as redes sociais de apoio anteriormente acionadas pelas mães trabalhadoras, como a escola, as atividades oferecidas pela igreja e outras instituições e acesso a familiares. Isso corrobora a hipótese inicial do trabalho de que, com escolas fechadas e com o isolamento social entre familiares, as redes de apoio estariam ausentes ou precisariam ser alteradas.

A primeira rede de relações acionada pelas mães trabalhadoras tende a ser formada por familiares, por uma questão de sociabilidade (fenômenos sociais baseados nas relações sociais). As avós maternas, tão presentes nas redes sociais de apoio antes da pandemia por fazerem parte do grupo de risco, foram as primeiras a se deslocarem delas, já que precisaram manter o distanciamento social. As famílias, em geral, reduziram o contato presencial e a convivência nesse período. As redes, durante a pandemia, mantiveram os laços fortes, mas os laços fracos se perderam nesse contexto, que tem como característica a tendência a mudanças e à adaptabilidade quando se atém à estrutura e ao funcionamento das redes de apoio social. Elas se tornam voláteis, pois cada família encontra uma saída e uma estratégia diferente para lidar com o cuidado dos filhos e com os demais pontos que, por serem transversais, podem afetar o funcionamento das redes.

Quando observamos os dois arranjos familiares que fazem parte desta pesquisa, é possível afirmar que ambos foram afetados durante a pandemia de Covid-19 em várias esferas, conforme descrito nos resultados. Porém, no arranjo monoparental feminino, evidencia-se um maior impacto devido à carga de responsabilidades familiares e domésticas, atreladas ao fato de as mães trabalhadoras, chefes de família, terem que se vincular ao trabalho autônomo ou

informal, o que não lhes possibilita um equilíbrio entre as demandas do trabalho e da família.

A pandemia salientou e agravou questões que já faziam parte da vida das mães trabalhadoras e dos cuidados de seus filhos, reforçando a necessidade de investimento em políticas públicas que respondam de maneira mais ampla e assegurem à mulher direitos como o acesso ao trabalho em igualdade de oportunidade; mudanças no tempo dedicado ao cuidado familiar dos filhos; alcance a diversidade dos atuais arranjos familiares; oferta de cuidados necessários ao desenvolvimento das crianças. Ou seja, reforça-se a importância da discussão sobre políticas de cuidado, como a oferta de creches e escolas, transporte escolar e atividades extracurriculares para possibilitar uma ampliação das redes de apoio e suporte às mães trabalhadoras.

Ressalta-se a importância de pesquisas futuras verificarem em que medida as redes sociais de apoio das mães trabalhadoras voltaram a ter sua configuração inicial após a pandemia ou se permaneceram alteradas. Além disso, é importante compreender os impactos de longo prazo para as mães devido ao menor suporte recebido durante a pandemia, como sua participação no mercado de trabalho e como esse período afetou seu salário e suas oportunidades de crescimento na carreira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, Niterói, v. 19, n. 2, p. 411-422, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/chXjpfGr4HKSHFw4BJzrvFG/abstract/?lang=pt>.

BABIUK, Graciele Alves. Monoparentalidade feminina necessidades sociais e políticas públicas. **Sociologias Plurais – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 173-183, fev. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64774/37701>.

BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 129-145, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/6Y8y3TwKqbg4dKHfGfPkXTB/?lang=pt>.

BONANIMO, Alícia; ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; CAZELLI, Sibebe. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de

Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 487-499, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbzRVcsL7L6PVNx3mxtdFkQ/abstract/?lang=pt>.

BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal of Sociology**, n. 32, p. 1-49, 1986.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/bQ77GtM6rf9tpczRdyqQyjh/abstract/?lang=pt>.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **El cuidado e nacción. Entre El derecho y El trabajo**. Coordenação de Sonia Montañó Virriera e Coral Calderón Magaña. Naciones Unidas, julio de 2010.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Políticas de cuidado en América Latina**. Forjando La igualdad. Organização de María Nieves Rico e Claudia Robles. Naciones Unidas, septiembre de 2016. (Serie Asuntos de Género, 140)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA. Diagnóstico da situação da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte [recurso eletrônico]. Configurações familiares: Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre. Amadeu Roselli-Cruz/ Dener Antônio Chaves / Dilma Fróes Vieira / Dimas Antônio Souza / Marco Antônio Couto Marinho, coordenação. Livro 4. Belo Horizonte: UNILIVRECOOP, 2013.

CORDEIRO, Marina de Carvalho. Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 23, p. 71-99, jul./dez. 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12967/11323.

CUNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, Canoas, n. 43-44, p. 37-49, ago. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000100004&lng=pt&nrm=iso.

ENRÍQUEZ, Corina Rodrigues. La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis econômico? **Revista CEPAL**, Santiago, n. 106, abr. 2012. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/11524-la-cuestion-cuidado-eslabon-perdido-analisis-economico>.

FONTES, Márcia Barroso. **Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil**: uma análise orçamentária. 2014. 128 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMSA-9TVNGC>.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19.** Organizados por Débora da Silva Noal; Maria Fabiana Damásio Passos; Carlos Machado Freitas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 342p.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA); Instituto PAPAI. **Homens também cuidam.** Diálogos sobre direitos, saúde sexual e reprodutiva, paternidade e relações de cuidado. Recife: UNFPA; Instituto PAPAI, 2007.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA - BRASIL). **COVID-19:** Resumo técnico. Proteção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos e promoção da igualdade de gênero. Um olhar para gênero. Nações Unidas, mar. 2020.

GONÇALVES, Joyce Gesuilo. **Tecendo redes:** um estudo sobre o papel do capital social para as ações do Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte na sub-bacia do córrego Primeiro de Maio. 2010. 114 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, may 1973.

GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 1-26, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YqqJqjPwYW33k6GFLknY4sS/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGIBGERAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010:** famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro, p.1-203, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho**, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. De antes da gravidez até a infância: trabalho e estudo de mães e pais no painel da PNAD Contínua. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 68, abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial:** os resultados dos microdados da PNAD COVID-19 de julho. Carta de Conjuntura | 48 | 3º trimestre de 2020b. Divulgado em 27 de agosto de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Nota técnica. **Mercado de trabalho e pandemia da COVID-19: ampliação de desigualdades já**

existentes? Jul. 2020. DOI. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas1>.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MONTAÑO, Sonia V; CALDERÓN, Coral M. (coords.). El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo. **Cuadernos de la Cepal**, n. 94, 2010.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira; VENEROSO, Carmelita Zilah. **Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, e20180252, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000100300&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 out. 2020.

NERI, Marcelo C. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada**. Rio de Janeiro, RJ: FGV Social, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/Covid&Trabalho>.

Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Minas Gerais - SAAEMG. **As margaridas: uma coletânea sobre os direitos da mulher**. Belo Horizonte: 3i Editora, 2016.

SINGLY, François. **Sociologia da família contemporânea**. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208 p.

SORJ, Bila & FONTES, Adriana, O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: Hirata, Helena & Guimarães, Nadya Araujo (orgs.). **Cuidados e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo, Atlas, 2012.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, Belo Horizonte, v. 37, n. 132, p. 576-580, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Tncsync85TCBVVCJWm7KHhT7J/abstract/?lang=pt>.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Brasil: 178 mil crianças não frequentam a pré-escola por dificuldade de acesso**. Ago. 2023. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/178-mil-criancas-nao-frequentam-a-pre-escola-por-dificuldade-de-acesso/>.